



Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo  
Estado de Mato Grosso do Sul

RECEBEMOS

EM: 17 / 8 / 2021

HORAS: 10 : 11

João Marcos  
Assessor CMRRP/MS

<input type="checkbox"/>	Projeto de Lei
<input type="checkbox"/>	Proj. de D. Legislativo
<input type="checkbox"/>	Projeto de Resolução
<input checked="" type="checkbox"/>	Requerimento
<input type="checkbox"/>	Indicação

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO: 17/08/2021

Nº 84/2021

**AUTORES: NEGÓ DA BORRACHARIA (PSD) – ATAÍDE FELICIANO (PSC) – EDERVÂNIA MALTA (DEM) – TÂNIA MARIA (SOLIDARIEDADE)**

**Requerimento de Abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Art. 41 do Regimento Interno e**

Vimos, por meio deste, apresentar pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, haja vista as informações trazidas pela mídia local (Rio Pardo News) em face do Processo nº. 082/2021, Inexigibilidade de Licitação nº. 008/2021. O Poder Executivo Municipal firmou contrato com a empresa ASP – Serviços de Assessoria e Consultoria Empresarial e Governamental Ltda. – ME para “prestação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria em contabilidade pública na área orçamentária, financeira especificamente para manutenção dos serviços de rotina do setor de contabilidade da prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS durante a execução orçamentária anual, compreendendo a realização de todos os lançamentos contábeis, financeiros e patrimoniais pertinentes, bem como a emissão de balancetes, balanços e relatórios periódicos em conformidade com as normas gerais de contabilidade, a lei Federal 4.320/64, LC 101/2000 e instruções normativas do Tribunal de Contas e outros órgãos competentes e quaisquer outras normas correlatas em vigor”.

Ocorre que referido contrato causou estranheza à estes Requerentes, conforme já demonstrado através de Requerimento de nº. 76/2021 da Vereadora Tânia Maria Ferreira Dias, cobrando informações à respeito desta contratação.

Na data de 15 de agosto de 2021, no website local Rio Pardo News<sup>1</sup>, fora noticiado diversos fatos que causaram maior estranheza sobre a referida contratação. Tais fatos podem ser resumidos em: empresa com endereço fantasma (conforme vídeo constante do website); empresa recentemente criada e somente após procura de membros do Executivo Municipal; e, ainda, que referida contratação seria para prestar assessoria apenas uma vez por semana.

Diante destas acusações graves, com base nos termos do artigo 41<sup>1</sup> do Regimento Interno e art. 31, inciso XXI<sup>1</sup> c/c artigo 41, §4<sup>o</sup>, todos da Lei Orgânica Municipal, faz-se necessário o presente requerimento pedindo pela abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar o fato narrado, nomeando-se os membros e, ainda, indicando o prazo para término dos referidos trabalhos investigativos.

Desta forma, pugna-se pelo recebimento do presente requerimento e, considerando atingido o número de assinaturas necessárias, pugna-se pela criação e formação da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos regimentais.

**Sala da Presidência Gilberto Fogaca, 17 de agosto de 2021.**

Álvaro Andrade dos Santos (PSD)

Ataide Feliciano da Silva (PSC)

Edervânia dos Santos Malta (DEM)

Tânia Maria Ferreira Dias (SOLIDARIEDADE)

Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo  
Estado de Mato Grosso do Sul

CNPJ 01.696.482/0001-29 - Rua Marciana C. Lemos, 64 - Santos Dumont  
Fone: 67 3238 1560 - camararp@gmail.com